

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT05.019

## AS PLANTAS MEDICINAIS COMO RESISTÊNCIA DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO INDÍGENA

Josaline Chaves da Costa<sup>1</sup>

### RESUMO

O trabalho apresenta uma discussão acerca do uso de plantas medicinais nas comunidades indígenas como uma forma de luta e resistências de sua cultura e da sua educação, parte de estudos da disciplina etnobotânica e prática pedagógica no ensino de biologia. Tendo como base os artigos de Diegues (2000), Sodré (2005); Carneiro (2004); Silva e Andrade (2003), Grunewald (2008), que contribuíram para a escrita dessa pesquisa. Construído a partir de uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico, com um recorte temporal de 2019 a 2024. Desse modo observa-se que, o conhecimento tradicional representa um arsenal teórico e prático sobre plantas medicinais e seus usos, construído ao longo da resistência de gerações, que perpetuaram esse conhecimento através dos ensinamentos dos mais velhos. Trazendo assim, o conhecimento dos saberes indígenas sobreviventes ao processo de decolonização, que foi fortemente massificado através do tempo. Diante destes fatos, torna-se de grande importância estudos que evidenciem o uso dos recursos vegetais dentro de comunidades tradicionais, bem como investigações no sentido de divulgar a sua cultura. A partir da realização desse estudo pôde-se perceber que é de suma importância o registro dos conhecimentos tradicionais e das práticas de cura das populações indígenas, que podem vir futuramente nortear a criação de políticas públicas de saúde mais eficazes para essas populações. Além da necessidade pungente de proteger o conhecimento ancestral, resgatando e registrando informações, de forma a perpetuá-las para as gerações futuras através de suas escolas.

**Palavras-chave:** Etnobotânica, Conhecimento tradicional, Interculturalidade.

<sup>1</sup> Mestra pelo Curso de Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia - BA, [jccosta@uneb.br](mailto:jccosta@uneb.br).

## INTRODUÇÃO

As plantas medicinais desempenham um papel fundamental na cultura e na saúde das comunidades indígenas, funcionando não apenas como recursos terapêuticos, mas também como símbolos de resistência e identidade. Este conhecimento ancestral, transmitido de geração em geração, representa um legado cultural que vai além da simples utilização das ervas; envolve uma profunda relação com a natureza e uma visão holística de bem-estar. No contexto contemporâneo, onde a modernização e a globalização ameaçam as tradições locais, as práticas relacionadas às plantas medicinais emergem como formas de resistência cultural e afirmação da identidade indígena. Este artigo explora como a educação indígena, ao valorizar e integrar esse saber tradicional, fortalece a autonomia das comunidades e promove uma maior conscientização sobre a importância da biodiversidade e do patrimônio cultural. Ao resgatar e revitalizar essas práticas, os povos indígenas não apenas preservam suas heranças, mas também contribuem para um diálogo mais amplo sobre sustentabilidade e respeito à diversidade cultural.

Segundo Almeida e Albuquerque (2002), nos últimos anos, vários trabalhos etnobiológicos vêm sendo desenvolvidos sobre o aproveitamento dos recursos biológicos pelos povos de diferentes regiões e etnias, em especial enfocando o aspecto medicinal. Dentre as diversas abordagens, um dos campos mais desenvolvidos é o da etnobotânica, que aborda a forma como diferentes grupos humanos interagem com a vegetação (AMOROZO, 2002).

A diversidade botânica presente no Brasil é um excelente ambiente para o desenvolvimento de estudos que abordem os variados usos que a população faz desses recursos vegetais. O conhecimento tradicional representa todo um arsenal teórico e prático sobre plantas medicinais e seus usos, construído ao longo de gerações (ALBUQUERQUE, 2010). Trazendo assim, o conhecimento dos saberes indígenas sobreviventes ao processo de colonização, onde Carneiro (2004) mostra que foi abafado por muito tempo utilizando o sincretismo como um disfarce de sua cultura, e que o processo de transmissão oral por parte dos mais velhos, ou dos pajés, preservou o conhecimento de plantas sagradas durante séculos.

Santos (2023), retrata em sua pesquisa a importância do uso de plantas medicinais para os indígenas, pois durante a coleta de dados pode constatar que todos os entrevistados, de alguma forma, faziam uso de plantas medicinais

em seu cotidiano, em forma de remédio e chás, “o que reforça a necessidade de difundir mais o uso das plantas medicinais como forma de fortalecimento da autonomia e cultura Kaingang na Terra” (Santos, 2023).

Portanto, para Diegues (2000), torna-se necessário uma valorização do saber tradicional, e investigações no âmbito das etnociências, para um melhor planejamento de ações que contribuam com o uso e sustentabilidade dos recursos naturais utilizados por essas populações. Como também, a criação de políticas públicas conservacionistas.

Segundo Albuquerque *et al.* (2010), a caatinga vem sofrendo com a degradação ambiental, que já atinge mais de 80% de sua área e que, apesar do número de pesquisas etnobotânicas terem aumentado ainda temos uma grande carência desses dados. E quando a abordagem se dá no contexto dos valores culturais e religiosos no uso das plantas, o hiato existente nessas pesquisas ainda se torna maior.

Os povos indígenas desempenham um papel fundamental na diversidade cultural e histórica do mundo. Estes grupos nativos preservam tradições, modos de vida sustentáveis e uma rica herança que contribui para a identidade de muitas nações. Para melhor entender a vasta diversidade desses povos, é essencial considerar as diferenças nas suas línguas, costumes, localização geográfica e etnias.

A figura 1 fornece uma visão geral dos povos indígenas, destacando suas características sociodemográfica e domiciliares e povos/etnias.

Podemos observar na figura 1, a distribuição da população indígena por idade, sexo, níveis educacionais básicos, como também etnia. Esses dados indicam uma alta taxa de natalidade entre as mulheres, uma taxa de alfabetização de indígenas de 15 anos ou mais abaixo da média nacional, e uma variedade na população que se declara indígena. Conforme Censo Demográfico de 2010:

A primeira divulgação dos resultados definitivos do Censo Demográfico 2010, no que se refere ao indígena, é proveniente do quesito cor ou raça. Essas informações são oriundas das características que foram investigadas para todos os domicílios do País, e com esses resultados foi possível comparar e analisar três referências censitárias: 1991, 2000 e 2010 (IBGE, 2012).



se limita ao campo da etnobotânica ou da saúde, mas também permeia os processos educativos nas aldeias, onde o ensino é baseado na experiência prática e na oralidade, em oposição aos paradigmas educacionais formais.

## METODOLOGIA

O presente estudo parte da necessidade de um conhecimento sobre o uso de plantas como forma de resistência da cultura indígena, para tanto, buscou-se uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, que favorece a interpretação das concepções propostas pelos autores utilizados, com um recorte temporal de 2019 a 2024.

Utilizou-se estratégias de leitura de teses e dissertações de autores que abordaram o tema do conhecimento tradicional indígena, podendo destacar os seguintes teóricos que sustentaram as discussões nessa investigação: Sodré (2005); Carneiro (2004); Grünewald (2008), que contribuíram para a escrita dessa pesquisa. De acordo com Marconi & Lakatos (2020), a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por ser capaz de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.

A metodologia foi estruturada em etapas três principais: 1. Definição dos critérios de seleção, onde foram utilizados critérios de inclusão e exclusão para a seleção das obras revisadas, incluídos dissertações e teses publicados entre 2019 e 2024, que abordam diretamente o uso de plantas medicinais em comunidades indígenas, seu papel cultural, educacional e de resistência. As publicações estão disponíveis no banco de teses e dissertações da CAPES. Foram excluídos estudos que tratem do uso de plantas medicinais fora do contexto indígena ou que não se relacionem com aspectos culturais e educacionais.

Por meio desses métodos, o artigo busca destacar a relevância das plantas medicinais não apenas como elementos de saúde, mas como componentes vitais da resistência cultural e educacional das comunidades indígenas.

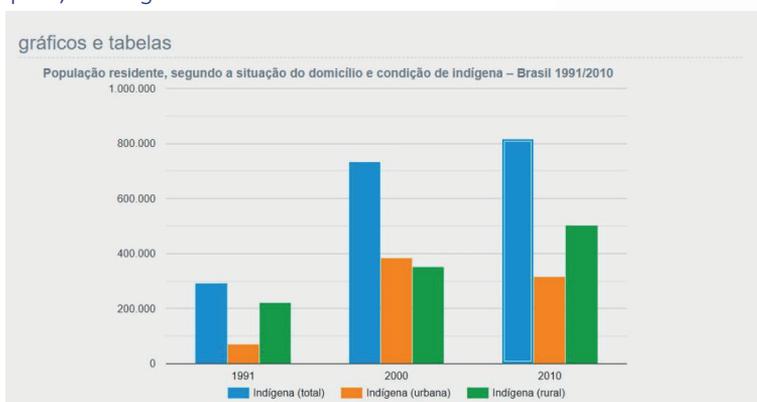
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa revelaram uma profunda interconexão entre o uso de plantas medicinais e a resistência cultural nas comunidades indígenas. De acordo com Sodré (2005), podemos falar de cultura em um contexto amplo,

relacionada com as práticas de organização simbólica. Com vistas a trazer uma discussão com foco na importância cultural das plantas para as comunidades indígenas, podemos mostrar ao longo da história que as plantas sempre estiveram presentes na trajetória de vida da humanidade, onde Silva e Andrade (2003), mostram que o valor individual de cada espécie pode sofrer variações nos diferentes momentos de sua história e de uma cultura.

Vários autores têm procurado determinar o valor de uso de plantas através de diferentes índices ou fórmulas, como o índice de Significado Cultural proposto por Turner (1988), que posteriormente foi adaptado por Stoffle et al. (1990) e modificado por Lajones & Lemas (2001) que o denominaram de índice de valor de importância etnobotânica (IVIE). Através desse índice é possível desenvolver uma pesquisa em comunidades tradicionais e chegar a um valor de importância cultural de uma determinada espécie para a comunidade. Essas informações podem corroborar para um programa de reflorestamento das áreas degradadas das comunidades com as espécies que demonstrarem uma maior importância para a cultura local.

**Gráfico 1** – População indígena residente em área urbana e rural.



**Fonte:** <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/o-brasil-indigena-ibge-1>

O gráfico mostra a evolução da população indígena residente no Brasil, com base nos censos de 1991, 2000 e 2010, dividida entre áreas urbanas e rurais. População Total Indígena (barra azul): Observa-se um crescimento significativo da população indígena ao longo dos anos. Em 1991, o número de indígenas era inferior a 300.000. Em 2000, o total aumentou substancialmente para cerca de 700.000, e em 2010, ultrapassou 800.000. A População Indígena Urbana (barra laranja): Em 1991, o número de indígenas vivendo em áreas urbanas era

muito baixo, mas cresceu de forma notável nos censos seguintes. Em 2000 e 2010, o número de indígenas em áreas urbanas continuou a aumentar, refletindo um processo de urbanização dos povos indígenas. A População Indígena Rural (barra verde): Em 1991, o número de indígenas vivendo em área rural era bem maior que na área urbana. No censo de 2000, houve um aumento nessa população, embora o crescimento não tenha sido tão significativo. Em 2010, a população indígena urbana chega a 500.000.

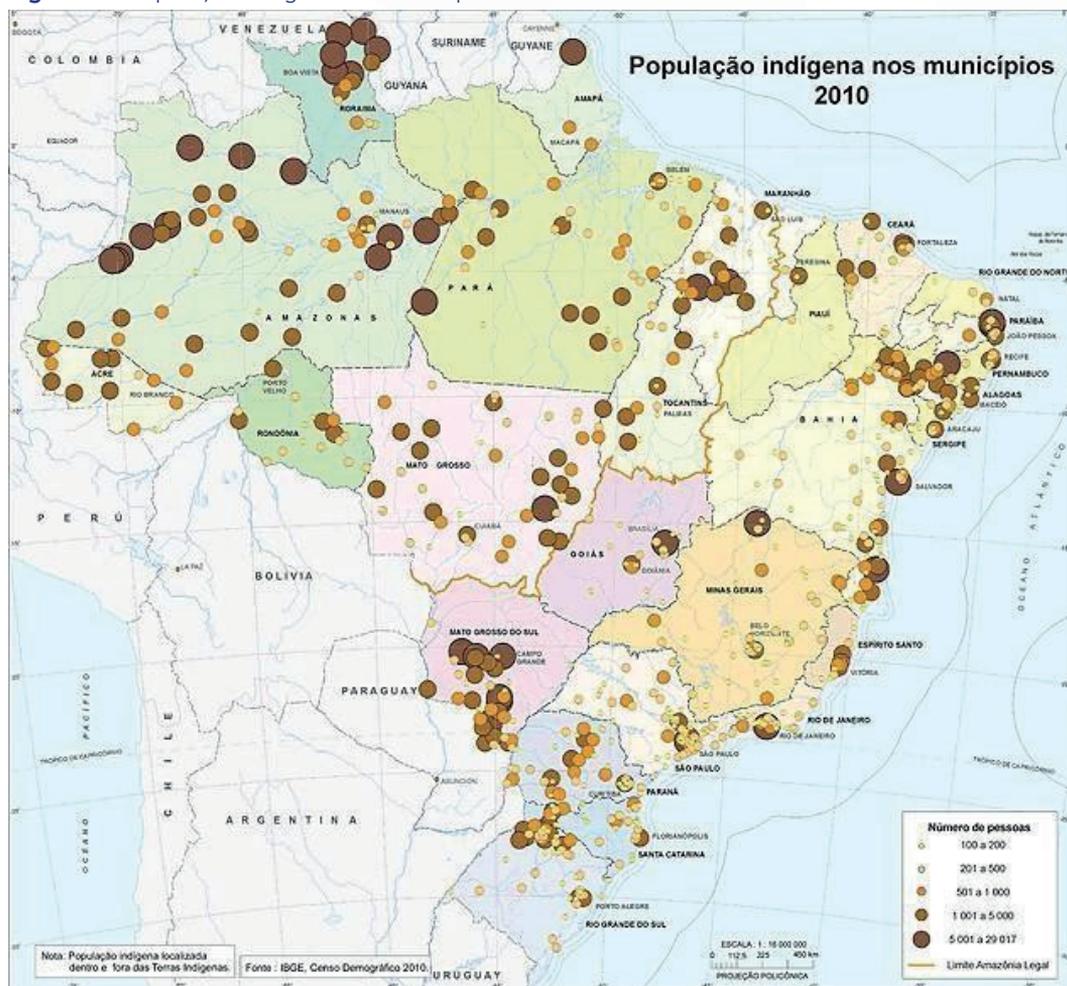
A estabilização ou ligeira queda na população indígena rural sugere que, embora uma parte significativa dos indígenas ainda resida em áreas rurais, a urbanização vem afetando os padrões de habitação indígena no Brasil. Essa mudança pode estar associada a questões como o acesso limitado a recursos e serviços em áreas remotas, mudanças impostas ou a busca por melhores condições de vida nas cidades.

Buscou-se conhecer as diferentes abordagens sobre o objeto da pesquisa, perpassando por produções científicas em torno de discussões sobre plantas medicinais, como também das concepções sobre plantas medicinais associadas a cultura e a educação indígena. No mapa abaixo é possível visualizar uma distribuição da população indígena geograficamente no ano de 2010.

Quando comparado o Nordeste com as demais regiões brasileiras observa-se que no período de 2000 a 2010 essa região foi a que mais cresceu em número de indivíduos autodeclarados indígenas no Brasil. No mapa da figura 2 é possível visualizar essa distribuição. O crescimento da população indígena no último censo não tem uma explicação específica. Tal acréscimo pode estar associado à melhoria nas políticas públicas oferecidas aos povos indígenas, possibilitando que eles saíssem da invisibilidade pela busca de melhores condições de vida. Luciano (2006, p. 28) destaca que:

Desde a última década do século passado vem ocorrendo no Brasil um fenômeno conhecido como “etnogênese”<sup>5</sup> ou “reterritorialização”. Nele, povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas.

**Figura 2** – População indígena nos municípios brasileiros.



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)

O exposto demonstra que as mobilizações indígenas ganharam força e vêm crescendo na luta por seus direitos. No nordeste brasileiro esse fato também ocorreu e desde o ano de 2000 o número de indígenas vem crescendo. Diversas pesquisas apontam que a luta dos povos indígenas pela manutenção de sua cultura está intrinsecamente ligada à sua educação, que atua como uma ferramenta de resistência e preservação da autonomia. Essa educação, muitas vezes, enfrenta o desafio de sistemas escolares que não atendem plenamente suas especificidades culturais.

O estado da arte sobre cultura e educação indígena envolve uma análise abrangente de debates, pesquisas e políticas desenvolvidas ao longo das últimas

décadas no Brasil e na América Latina. Ele aborda as principais teorias, práticas pedagógicas, desafios e avanços relacionados à educação indígena, com foco na preservação da identidade cultural, valorização dos saberes tradicionais e a luta por uma educação intercultural e bilíngue. A educação indígena no Brasil, durante muito tempo, foi marcada por tentativa de assimilação cultural. Desde o período colonial, a educação formal nas comunidades indígenas tinha como objetivo a catequese e a integração dos povos indígenas aos valores e à cultura dos colonizadores. Isso persistiu por séculos, com as políticas educacionais brasileiras até meados do século XX sendo essencialmente assimilatórias, sem espaço para a diversidade cultural indígena.

Uma mudança de paradigma começou a partir da Constituição Federal de 1988, que conquistou oficialmente o direito dos povos indígenas à educação diferenciada, bilíngue e intercultural. Esse marco foi consolidado posteriormente com a criação de legislações específicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que estabelece a valorização das línguas e culturas indígenas no processo educativo. A educação indígena passou a ser vista, desde então, como um direito inalienável das comunidades, e diversas políticas públicas foram inovadoras para garantir a formação de professores indígenas, a criação de escolas indígenas e a elaboração de materiais didáticos adaptados à realidade de cada comunidade. O desenvolvimento da educação indígena na atualidade se apoia em uma diversidade de teorias e abordagens que busca compreender e integrar a cultura como um elemento fundamental do processo educativo. Entre as principais abordagens, destacamos: Educação Intercultural, defendida por autores como Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos, a educação intercultural busca superar o modelo educacional hegemônico, que historicamente impõe uma cultura dominante nas comunidades indígenas. Ela propõe uma valorização mútua entre culturas, onde o conhecimento ocidental é ensinado junto com os saberes tradicionais, garantindo que as línguas e práticas culturais dos povos indígenas sejam preservadas.

Utilizando na busca as palavras-chave cultura e educação indígena foram encontrados poucos trabalhos. No entanto, quando buscamos os termos plantas medicinais e educação indígena separadamente, temos uma grande quantidade de trabalhos com estas temáticas, conforme tabela 1.

**Tabela 1:** Pesquisa utilizando palavras-chave com um recorte temporal de 2019 a 2024.

Termos pesquisados	Plantas medicinais	Educação indígena	Cultura e educação indígena
Doutorado	404	165	14
Mestrado	823	455	57
Mestrado profissional	199	167	22

**Fonte:** Elaboração própria, a partir da pesquisa no banco de dados da CAPES.

Quando usamos na busca apenas as palavras-chave plantas medicinais, educação indígena ou cultura e educação indígena, encontramos muitos trabalhos, conforme mostra a tabela 1, porém sem ligação direta com a temática desta pesquisa que é o uso de plantas medicinais nas comunidades indígenas como uma forma de luta e resistências de sua cultura e da sua educação.

Refinando a busca, apresentamos na tabela 2 os trabalhos com as palavra-chave plantas medicinais em comunidades indígenas, onde foram encontrados apenas três trabalhos.

**Tabela 2:** Trabalhos com as palavra-chave plantas medicinais em comunidades indígenas, defendidos entre 2019 e 2024.

TIPO DE PESQUISA	AUTOR(A) / TÍTULO DA PESQUISA	OBJETIVOS DA PESQUISA
Dissertação	SANTOS, DAVI CRAVO TELES DOS. <b>LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO DE PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS PELA COMUNIDADE INDÍGENA XOKÔ EM SERGIPE - BRASIL</b> 18/07/2023 119 f. Mestrado em CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: BICEN/UFS	Levantar informações a respeito do conhecimento tradicional do uso de plantas medicinais do povo indígena Xokó, da Ilha de São Pedro – no município de Porto da Folha, no estado de Sergipe.
Dissertação	SOUSA, LUANA MATEUS DE. <b>EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E BIODIVERSIDADE DE PLANTAS MEDICINAIS: UM ESTUDO NA COMUNIDADE INDÍGENA CANINDÊ- ARATUBA NO MACIÇO DE BATURITÉ-CE</b> 26/02/2019 50 f. Mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO- BRASILEIRA, Redenção Biblioteca Depositária: UNILAB	O presente texto busca compreender os saberes sobre plantas medicinais da comunidade indígena Kaninde de Aratuba-CE.

TIPO DE PESQUISA	AUTOR(A) / TÍTULO DA PESQUISA	OBJETIVOS DA PESQUISA
Dissertação	BARAO, VIVIANE KELLEN VYGTE. <b>SABERES INDÍGENAS: USOS E SIGNIFICAÇÕES DAS PLANTAS MEDICINAIS NA COMUNIDADE KAINGANG DA TERRA INDÍGENA RIO DAS COBRAS, NOVA LARANJEIRAS, PR VĚNHKAGTĀ SI TO KĀME KAR KANHGĀG AG JYKRE SI TO KĀME: KAINGANG AG JAMĀ TŶ GOJ KI PŶN TA, NOVA LARANJEIRAS, PR</b> , 28/08/2022 95 f. Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, Laranjeiras do Sul Biblioteca Depositária: <a href="https://rd.uffs.edu.br/">https://rd.uffs.edu.br/</a>	Este trabalho trata das questões relacionadas às plantas medicinais, bem como seus diferentes usos na cultura Kaingang, além disso, a pesquisa busca evidenciar a atenção para preservação das plantas medicinais dentro das escolas indígenas. Sendo assim, o foco dessa pesquisa é evidenciar a questão do uso das plantas medicinais na cultura Kaingang da Terra Indígena Rio das Cobras, localizada no município de Nova Laranjeiras, no estado do Paraná, onde residem indígenas das etnias Kaingang e Guarani,

**Fonte:** Elaboração própria, a partir da pesquisa no banco de dados da CAPES.

Os trabalhos encontrados na tabela 02, após o refinamento da busca, mostram que apesar da crescente valorização das práticas tradicionais de saúde e da medicina alternativa, ainda existe uma lacuna significativa nas pesquisas que abordam o uso de plantas medicinais pelas comunidades indígenas como parte de sua resistência cultural e educacional. Essas práticas, mais do que simples tratamentos de saúde, representa um patrimônio imaterial, transmitido ao longo de gerações, que reflete uma profunda compreensão da biodiversidade local e da interação harmoniosa entre o ser humano e o ambiente. No entanto, muitas vezes a ciência ocidental não dá o devido valor dessas práticas dentro do contexto das lutas indígenas pela preservação de sua cultura e autodeterminação.

As plantas medicinais são, para essas comunidades, não apenas uma fonte de cura física, mas também uma ferramenta de resistência contra a colonização cultural e educacional imposta por sistemas externos. Eles simbolizam uma forma de autonomia e preservação de conhecimentos ancestrais, que estão intrinsecamente ligados. É urgente novas pesquisas incluindo essa dimensão sociocultural das plantas medicinais, abordando a maneira como seu uso fortalece a identidade indígena, contribui para a preservação dos saberes tradicionais e sustenta uma forma de educação que desafia os modelos eurocêntricos. Somente com o reconhecimento desse valor integral, poderemos começar a preencher essa lacuna, promovendo a valorização e o respeito por essas práticas e resistências tão importantes para as comunidades.

Portanto, fez-se necessário um maior refinamento no banco de dados da CAPES, utilizando como descritor uso de plantas medicinais em comunidades indígenas, no período de 2019-2024. Nesse recorte, encontramos apenas um trabalho que dialoga com nossa proposta, conforme tabela 3, a seguir:

**Tabela 3:** Trabalhos com as palavra-chave uso de plantas medicinais em comunidades indígenas, defendidos entre 2019 e 2024.

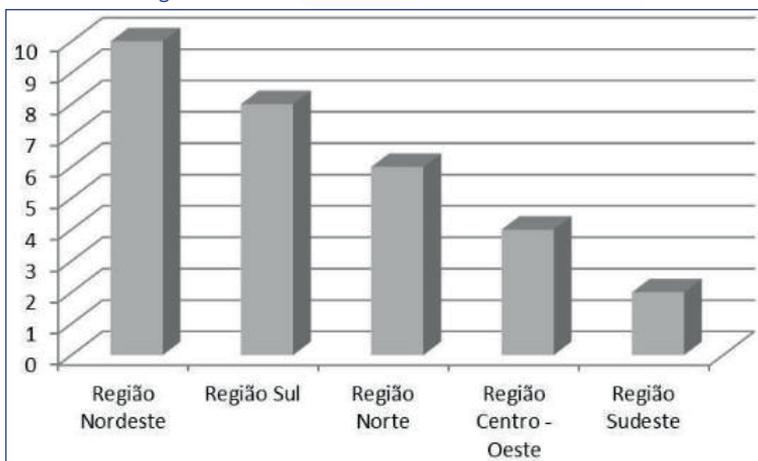
TIPO DE PESQUISA	AUTOR(A) / TÍTULO DA PESQUISA	OBJETIVOS DA PESQUISA
Dissertação	MOJICA, JENNIFER BARRERA. <b>USO DE PLANTAS ALIMENTÍCIAS E MEDICINAIS NA COMUNIDADE INDÍGENA NOVA ESPERANÇA, TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS – MUNICÍPIO DE PACARAÍMA/ RORAIMA</b> . 23/08/2018 107 f. Mestrado em RECURSOS NATURAIS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, Boa Vista Biblioteca Depositária: Biblioteca da UFRR e <a href="http://bdt.d.ibict.br">http://bdt.d.ibict.br</a>	O objetivo do presente estudo foi caracterizar o uso e manejo das plantas medicinais e alimentícias na comunidade indígena Nova Esperança, na Terra Indígena São Marcos no município de Pacaraíma-RR.

**Fonte:** Elaboração própria, a partir da pesquisa no banco de dados da CAPES.

O trabalho encontrado na tabela 3, com os critérios de pesquisa mencionados, aborda o uso de plantas como um dos recursos mais antigos utilizados pelo homem, tanto na alimentação, como no tratamento de doenças. O trabalho de Mojica (2018), está voltado para a coleta e identificação botânica das espécies utilizadas pela comunidade indígena Nova Esperança.

Porém, na sua conclusão, a autora reforça que “a comunidade não deixou de lado as práticas de suas tradições e a sabedoria de seus antepassados, pois além de usar espécies locais, também cultivam espécies de ambientes diferentes ou de suas regiões de origem”. As populações indígenas estão distribuídas em todo território brasileiro, tomando como base essa distribuição, pode se perceber diferenças em relação ao número de indígenas e número de estudos etnobotânicos nas cinco regiões brasileiras, conforme gráfico 2.

**Gráfico 2:** Distribuição regional dos estudos etnobotânicos com enfoque em plantas medicinais realizados em comunidades indígenas.



**Fonte:** Marisco e Rocha (2016).

A figura 2 mostra o número de residentes indígenas de acordo com a quantidade de estudos realizados por regiões do Brasil, é possível observar dados contrastantes, pois a região Norte é a região com maior número de povos indígenas no Brasil, seguida da região Nordeste e Centro-Oeste (BRASIL, 2012), entretanto a região Nordeste foi a que se destacou, seguida da região Sul. Desse modo observa-se que, o conhecimento tradicional representa um arsenal teórico e prático sobre plantas medicinais e seus usos, construído ao longo da resistência de gerações, que perpetuaram esse conhecimento através dos ensinamentos dos mais velhos. Trazendo assim, o conhecimento dos saberes indígenas sobreviventes ao processo de decolonização, que foi fortemente massificado através do tempo. Diante destes fatos, torna-se de grande importância estudos que evidenciem o uso dos recursos vegetais dentro de comunidades tradicionais, bem como investigações no sentido de divulgar a sua cultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização desse estudo pôde-se perceber que é de suma importância o registro dos conhecimentos tradicionais e das práticas de cura das populações indígenas, que podem vir futuramente nortear a criação de políticas públicas de saúde mais eficazes para essas populações. Além da necessidade pungente de proteger o conhecimento ancestral, resgatando e registrando informações, de forma a perpetuá-las para as gerações futuras.

As plantas medicinais emergem como um poderoso símbolo de resistência cultural e educacional nas comunidades indígenas, evidenciando a rica interdependência entre saberes tradicionais e identidade. A pesquisa revelou que o conhecimento sobre essas plantas não é apenas um recurso para a saúde, mas também um componente fundamental da cosmovisão indígena, que valoriza a harmonia com a natureza e a ancestralidade.

A transmissão desse conhecimento, predominantemente oral, fortalece laços comunitários e promove um senso de pertencimento entre as gerações. A educação indígena, ao integrar saberes tradicionais no currículo, não apenas preserva a cultura, mas também empodera os jovens, proporcionando uma alternativa valiosa ao ensino convencional que frequentemente desconsidera essas práticas.

Entretanto, os desafios são significativos. A perda de biodiversidade e a desvalorização das práticas tradicionais ameaçam a continuidade desse conhecimento. Portanto, é essencial que as políticas públicas reconheçam e apoiem esses saberes, promovendo a valorização das plantas medicinais como patrimônio cultural e natural. Quando os jovens em comunidades tradicionais são educados exclusivamente com base em modelos ocidentais, muitas vezes perdem o interesse ou deixam de aprender os saberes ancestrais. Assim, há uma ruptura na transmissão intergeracional do conhecimento tradicional.

Por fim, a pesquisa aponta que, para garantir a continuidade desse conhecimento, é necessário um esforço conjunto de políticas públicas, comunidades indígenas e instituições educacionais para preservar tanto a biodiversidade quanto os saberes tradicionais que dela dependem. Isso reforça o papel das plantas medicinais não apenas como recurso terapêutico, mas como símbolo de resistência cultural e da luta pela autonomia educacional

Futuras pesquisas devem continuar a explorar as interações entre práticas tradicionais e inovações contemporâneas, buscando caminhos para a revitalização e a sustentabilidade das culturas indígenas. Assim, as plantas medicinais não apenas permanecerão como instrumentos de cura, mas também como pilares da resistência e da identidade indígena em um mundo em constante mudança. A valorização desse legado é crucial não apenas para os povos indígenas, mas para toda a sociedade, que se beneficia da diversidade cultural e do conhecimento tradicional.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U.P. et al. **Métodos e Técnicas na pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. 2ª. ed. Recife: NUPEEA, 2010. 559p

ALMEIDA, C.F.C.B.R.; ALBUQUERQUE, U. P. Uso e conservação de plantas e animais medicinais no estado de Pernambuco (Nordeste do Brasil): um estudo de caso. **Interciência**, v.27, n.6, p.276-285, 2002

AMOROZO, M.C.M. *Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Leverger, MT, Brasil*. **Acta Bot. Bras.**, 16, 189-203, 2002.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto / Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARNEIRO, H. **As plantas sagradas na história da América**. VARIA HISTORIA, Mina Gerais, v. 32, p. 102-119, Maio 2004.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. Ed. Hucitec. São Paulo, pp. 25-39, 2000.

GRÜNEWALD, R. D. A. Toré e jurema: emblemas indígenas no nordeste do Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 60, p. 43-45, Outubro 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LAJONES, D.A. & LEMA, A. Propuesta y evaluación de un índice de valor de importância etnobotánica por medio del análisis de correspondência en las comunidades de arenales y San Salvador, **Esmeraldas**, Equador. 14p, 2001.

LUCIANO, G. S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD em parceria com o Museu Nacional, Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento - LACED, 2006.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 8ª. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MARISCO, Gabriele; ROCHA, Rebeca. Estudos Etnobotânicos em Comunidades Indígenas no Brasil. **Revista Fitos**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 155-162, dez. 2016.

SILVA, V. A. D.; ANDRADE, L. D. H. C. O significado cultural das espécies botânicas entre indígenas de Pernambuco: o caso Xucuru. **Biotemas**, Florianópolis, p. 79-94, Agosto 2003.

SODRÉ, M. **A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

STOFFLE, R. W.; EVANS, M. J.; OLMSTED, J. E. Calculating the cultural significance of american indian plants: Paiute and Shoshone ethnobotany at Yucca Mountain, Nevada. **American Anthropologist**, 92: 416-432, 1990.

TURNER, N. J. 1988. "The importance of a rose": evaluating the cultural significance of plants in Thompson and Lillooet interior Salish. **American Anthropologist**, 90: 272-290.